



10º Encontro Internacional de Política Social
17º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Democracia, participação popular e novas resistências
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

Eixo: Direitos Humanos, Segurança Pública e Sistema Jurídico

O Relato de um projeto público de formação em Direitos Humanos: Direitos Humanos em Movimento

Dra Hingridy Fassarella Caliarì¹
Me. Natália Silva Nicácio²
André Fiorin Arpini³
Me Elisângela Maria Marchesi⁴

Resumo: O projeto "Direitos Humanos em Movimento" é uma iniciativa do Centro de Apoio aos Direitos Humanos (CADH) para promover e multiplicar a educação popular em direitos humanos, desenvolvido com recurso público de emenda parlamentar, e envolve a realização de: um curso popular de formação em direitos humanos, publicações informativas em redes sociais e a produção de conteúdo em podcast ao vivo nas redes sociais do CADH. Assim, busca-se formar multiplicadoras/es e defensoras/es de direitos humanos, ampliando o acesso e o envolvimento da população nas lutas contra diferentes opressões que se propagam no dia-a-dia, como o racismo, o etarismo, a LGBTfobia, o patriarcado, o capacitismo, o machismo, gerando impactos nas comunidades, grupos e coletivos, por meio da intervenção direta das/os participantes.

Palavras-Chave: Direitos Humanos; Educação popular; Multiplicadores.

The report of a public training project in human rights: Human rights in Movement

Abstract: The 'Human Rights on the Move' project is an initiative of the Human Rights Support Centre (CADH) to promote and multiply popular education in human rights, developed with public funds from a parliamentary amendment, and involves: a popular training course in human rights, informative publications on social networks and the production of live podcast content on CADH's social networks. The aim is to train human rights multipliers and defenders, broadening the population's access to and involvement in the struggles against different forms of oppression that are propagated on a daily basis, such as racism, ethicism, LGBTphobia, patriarchy, ableism and machismo, generating impacts in communities, groups and collectives through the direct intervention of the participants.

Keywords: Human rights; Public education; Multipliers.

Introdução

O Centro de Apoio aos Direitos Humanos (CADH), formado por diversas/os militantes de direitos humanos, é a entidade da sociedade civil responsável pela elaboração e execução do projeto aqui apresentado: Direitos Humanos em Movimento. O CADH foi declarado uma entidade de utilidade pública, tem sede em Vitória-ES e atuação em todo o estado do Espírito Santo. Tem como missão a defesa incondicional dos direitos humanos, atuando na formulação e execução de políticas públicas, bem como incidindo politicamente na ampliação da oferta de

¹ Doutora em Política Pública e Formação humana-PPFH UERJ, Centro de Apoio aos Direitos Humanos - CADH, hingridyfassarella@gmail.com

² Doutoranda em Política Social- UFES, Centro de Apoio aos Direitos Humanos - CADH, nicaciox@gmail.com

³ Centro de Apoio aos Direitos Humanos - CADH, andrearpini@hotmail.com

⁴ Doutoranda em Política Social- UFES, Centro de Apoio aos Direitos Humanos - CADH, elismarchesi@gmail.com

tais políticas, assim como na formação de pessoas, na defesa de direitos individuais e coletivos. Durante todo seu tempo de atuação o CADH sempre esteve na linha de frente de defesa de direitos humanos atuando junto à população, aos movimentos populares e também formalmente compondo conselhos de direitos como o Conselho Estadual de Direitos Humanos, tendo estado na presidência deste por 4 gestões.

O CADH é uma entidade constituída por defensores de direitos humanos que atuam de forma militante e engajada, o cadh nasce como um braço do MNDH e mesmo após se tornar uma entidade independente, continua filiada ao Movimento Nacional dos Direitos Humanos-MNDH, sendo a entidade de referência no Espírito Santo para a operacionalização das ações estabelecidas nacionalmente, bem como para a articulação das demais entidades de defesa e promoção dos direitos humanos no estado.

Desde sua fundação, o CADH tem o compromisso de articular e viabilizar a formação de pessoas e entidades de direitos humanos, promovendo a organização no sentido de fortalecimento da luta na promoção e defesa da vida, dos direitos humanos e na participação democrática em todas as instâncias e níveis, propiciando uma nova cultura de direitos humanos. Dentre as atividades desenvolvidas pelo CADH, destacam-se os cursos de formação básica em Direitos Humanos, o fomento a criação de centros de defesa de direitos humanos pelo estado, o gerenciamento do Programa de Proteção a Testemunhas ameaçadas de morte (PROVITA) e do Programa de Proteção à Criança e Adolescente Ameaçado de Morte (PPCAAM), realizados em parceria com o Ministério de Direitos Humanos e Cidadania e a Secretaria de Estado de Direitos Humanos.

Aqui apresentaremos a execução do projeto Direitos Humanos em Movimento, construído coletivamente pelas/os militantes do CADH, visando fomentar a dimensão de formação e comunicação em direitos humanos de forma mais próxima e partilhada com as comunidades capixaba, desconstruindo ideias propagadas intensamente nos últimos tempos como: direitos humanos são pra defender bandidos, direitos humanos são mimimi, direitos humanos são para humanos direitos, bandido bom é bandido morto.

Desenvolvimento: O projeto Direitos Humanos em Movimento

É possível afirmar que a educação em DH se firma em três bases⁵. Estando a primeira situada sobre a educação permanente, global e continuada. A segunda voltada a mudança cultural e a terceira para formação de valores.

⁵ ONU-Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Link de acesso: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> – Acessado em 30/05/2024.

Não obstante, o processo brasileiro de redemocratização tem sofrido duros golpes políticos e sociais com as variadas formas de se planejar e fazer políticas públicas, de forma mais ou menos democráticas, afetando significativamente a maneira e a velocidade com que os DH são contemplados ou não e violados ou não pelo estado, considerando seu papel estabelecido na Constituição Federal de 1988⁶, refletindo assim nas condições de vida e ações de toda sociedade.

A essa variação e inconstância podemos atribuir parte da responsabilidade pelas ondas de conservadorismo extremista que, apoiadas em um saudosismo irreal de ditaduras e manutenção do status quo, movimentou nos últimos anos forças econômicas e sociais que somadas as crises econômicas e sanitárias dos últimos anos trouxeram ainda mais confusão sobre o que são os DH, suas bases e aplicações.

Isso posto, entendemos que a educação é um direito⁷ e um meio indispensável para o acesso aos demais direitos. Assim, é indispensável a construção de uma sociedade com justiça social e pautada no exercício pleno e democrático da cidadania conforme consta também nos inúmeros documentos internacionais, pactos e declarações, como no princípios de Yogyakarta⁸, na declaração dos direitos do homem⁹, na própria Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Para trazer a cabo essa concepção de educação, um conjunto de ações em diversas esferas se faz necessário e a sociedade civil organizada deve assumir protagonismo e lugar de fala, difundindo os DH a fim de capacitar e estimular a participação social em todos os níveis da sociedade, pois legitima normas e tem a capacidade de incluir e dar voz a grupos excluídos e marginalizados¹⁰.

⁶ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Link de Acesso: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm – Acessado em 30/05/2024.

⁷BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, 2018. Link de acesso: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRMAOPNEDH.pdf> – Acessado em 30/05/2024.

⁸ PRINCÍPIOS de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Tradução Jones de Freitas. jul. 2007. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf>. Acesso em: 26 out. 2017.

⁹ EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. Convenção Europeia dos Direitos do Homem: com as modificações introduzidas pelos Protocolos ns. 11 e 14 acompanhada do Protocolo adicional e dos Protocolos ns. 4, 6, 7, 12 e 13. Estrasburgo, out. 2013. Disponível em: <http://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf>. Acesso em: 26 out. 2017.

¹⁰ VIEIRA, Oscar Vilhena Vieira; DUPREE, A. Scott. Reflexões Acerca da Sociedade Civil e dos Direitos Humanos. In: Sur, Rev. int. direitos human. 1, 2004. Link de acesso: <https://www.scielo.br/j/sur/a/NXjt7Yd5KhY7GVXV6kW5xxL/?lang=pt#:~:text=Em%20suma%2C%20a%20so%20cidade%20civil,os%20grupos%20desprezados%20e%20invis%C3%ADveis>. Acessado em 30/05/2024.

A polarização conjuntural dos últimos anos deixou o diálogo e a defesa dos direitos humanos reduzidos a baixo conhecimento e domínio popular, aliado à onda extremista e conservadora, às fake news e às violações legitimadas de direitos humanos, concretizados muitas vezes no fortalecimento de opressões como o racismo, a LGBTfobia, o anticapacitismo, o etarismo, o patriarcado, o machismo, contribuiu para que o debate sobre direitos humanos, na perspectiva da ampliação de direitos sociais, fosse reduzido a uma pauta moral e conservadora. Para enfrentar estas opressões e defender a diversidade humana, os direitos humanos, é necessário reconhecê-las.

Importa reforçar que o momento político e social que passamos enquanto sociedade brasileira neste momento histórico contemporâneo oferece, infelizmente, dados de uma realidade violadora dos mais básicos aos mais complexos DH¹¹.

Nos dias de hoje, como descrito até aqui, o baixo conhecimento e domínio popular em DH, a onda extremista e conservadora, as Fake News, as violações de DH e o baixo índice de participação popular na formulação e controle das políticas públicas se constituem em um grande problema social.

Superar essa realidade também passa por difundir o conhecimento em DH por diversas vias, das mais tradicionais e acadêmicas até as mais modernas e acessíveis como as redes sociais. É preciso então colocar a pessoa como ator principal e central de sua própria formação podendo então a educação assumir um papel político e social libertador, gerando transformação social.

Aceitando os novos meios de interação social e aquisição de informação sem deixar de valorizar os meios tradicionais de construção de conhecimento, mas, modernizando-os, poderemos atingir de forma mais ampla e irrestrita diversos públicos e contribuir ativamente para a educação e formação em DH.

É preciso, portanto, difundir o conhecimento em direitos humanos por diversas vias, das mais tradicionais e acadêmicas até as mais modernas e acessíveis, como as redes sociais, para atingir diferentes públicos e contribuir para a educação e formação em DH. É exatamente

¹¹ GUEDES, Aline. In: Agência Senado de Notícias. Link de acesso: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos> - Acessado em 12/04/2023

Terra e direitos e justiça global. Violência Política e eleitoral no Brasil: Panorama das violações de direitos humanos de 2020 a 2022. Link de Acesso: <https://terradedireitos.org.br/violencia-politica-e-eleitoral-no-brasil/> - Acessado em 12/04/2023

PORFÍRIO, Francisco. Intolerância religiosa. In: Brasil escola. Link de acesso: <https://brasilescuela.uol.com.br/sociologia/intolerancia-religiosa.htm> – Acessado em 12/04/2023.

FRAZÃO, Fernando. In: Agência Brasil. Os dados que mostram explosão no número de ataques a escolas no Brasil <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ckryl4epnpeo> - Acessado em 12/04/2023.

nessa última frente que o projeto ora em questão está atuando, ou seja, na educação popular em direitos humanos. Uma atuação fundamental para a transformação das relações sociais, já que permite a construção de perspectivas de vida coletiva, não individualizada, a partir do reconhecimento da singularidade humana e dos direitos, colocando as relações de amizade, familiares, construídas na igreja, na escola, na universidade como caminhos para mudanças fundamentais na transformação da história, que acontece no cotidiano. Dessa forma é possível trazer para o cotidiano e para a defesa dos direitos humanos as questões e superações de opressões que impactam na vida, em toda a sua forma, a partir de um processo de formação e de vivência coletiva.

O presente projeto foi construído coletivamente por militantes de direitos humanos ligados ao CADH e apresentado à parlamentares do Espírito Santo que são aproximados à pauta de defesa de direitos humanos, buscando o financiamento público para o projeto, que tem interesse público e é direcionado à população capixaba.

Os conteúdos que estão sendo produzidos são de livre acesso por meio das redes sociais do CADH ES, especialmente instagram, youtube e spotify. As aulas que estão sendo produzidas para o curso online, serão disponibilizadas para o público em geral, por meio do youtube, assim que o curso estiver encerrado.

O curso de formação em direitos humanos está sendo realizado na modalidade híbrida, com 50 horas de duração, divididas em 5 módulos de 10 horas cada. Foi construído com capacidade para 125 pessoas participarem, com idade mínima de 15 anos, alfabetizadas, com acesso à internet, e-mail e WhatsApp, residentes nos municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica e Serra. Esses cursistas estão recebendo uma ajuda de custo de R\$155,00/mês para facilitar o acesso e a permanência no curso, fortalecendo a democratização do conhecimento e o acesso a rede de internet.

Essa prática de oferta de ajuda de custo para alunos é uma prática afirmativa que vem se disseminando em instituições públicas e privadas pelo Brasil¹², condensando e materializando a discussão das últimas décadas a respeito da necessidade de criar incentivos e

¹² Referências nos seguintes links:

UFES. O que é ajuda de custo. Link de acesso: <https://ccs.ufes.br/ajuda-de-custo> - Acessado em 19/11/2023.
UTFPR. Publicado edital do Auxílio Estudantil 2023-2024. Publi em: 24 de fevereiro de 2022. Link de acesso: <https://portal.utfpr.edu.br/noticias/geral/tamo-junto/publicado-edital-do-auxilio-estudantil-2023-2024> - Acessado em 19/11/2023.

IFNMG. Assistência Estudantil. Publi em: 23 de julho de 2012. Link de acesso: <https://portal.ifnmg.edu.br/assistencia-estudantil> - Acessado em 19/11/2023.

até garantias para que a participação das camadas menos favorecidas nos espaços de conhecimento, formação e participação social se efetive¹³.

As inscrições para o curso estiveram abertas entre os dias 01 de março a 24 de março de 2024 e a divulgação do resultado constando as/os cursistas aptas/os, foi divulgada no dia 02 de abril de 2024. A live de abertura do curso está disponível no instagram do CADH e foi ao ar no dia 10 de abril às 19h. No momento de escrita deste relato o referido curso encontra-se na finalização do Módulo 2, indo para o terceiro mês e conta com 97 pessoas cursistas ativas, interagindo, realizando as atividades multiplicadoras sugeridas pelas professoras formadoras e fortalecendo a rede que está sendo criada.

Metodologicamente o curso tem ocorrido no formato online com algumas atividades presenciais. Ele está todo organizado no google sala de aula e as atividades e conteúdos são postados por lá. As/os participantes estão divididos em 5 turmas e cada turma conta com um professor/a tutor que acompanha e orienta sobre os conteúdos e as atividades diariamente. O curso tem 10h mensais, contando aulas e atividades, mas a interação entre a turma e as/os professores acontece a todo tempo, tanto por meio de relatos no google sala de aula, quanto no grupo de whatsapp criado para movimentar mais rapidamente as informações e também criar laços.

As aulas são de responsabilidade das professoras formadoras de cada módulo, que tem produzido conteúdo e articulado militantes capixabas envolvidas/os com diversas lutas por efetivação de direitos para contribuir nas reflexões referentes à cada módulo. Ao todo são 5 módulos, divididos da seguinte forma:

- MÓDULO I (Abril) - Direitos Humanos e Política: Fundamentos Histórico-filosóficos da EDH. Configuração Política Internacional e Nacional contemporânea referente aos Direitos Humanos. O sistema internacional de proteção aos Direitos Humanos e o Sistema de Justiça Brasileiro de proteção aos Direitos Humanos. A Compreensão Social acerca dos Direitos Humanos.
- MÓDULO II (Maio) – Direitos Humanos, mídia, redes e comunicação: Os conflitos geracionais e multilaterais e étnicos nas mídias. A complexidade das questões relativas a informações falsas relativas aos direitos humanos. Discussões acerca da regulamentação dos sistemas de comunicação e mídia.

¹³ GEMAA-Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa. O que são Ações Afirmativas? Link de Acesso: <https://gema.iesp.uerj.br/o-que-sao-acoes-afirmativas/#:~:text=A%C3%A7%C3%B5es%20afirmativas%20s%C3%A3o%20pol%C3%ADticas%20focais,no%20passado%20ou%20no%20presente.> – Acessado em 19/11/2023.

Crimes e mídia. Invasão de Privacidade, exposição de pessoas. Opinião Pública. Redes Sociais de Comunicação.

- MÓDULO III (Junho) – A sociedade civil e redes de Ação Social em Direitos Humanos: Metodologia e formulação social de ação em rede. Estratégias e indicadores de avaliação em Direitos Humanos. Educação e formação informal. As questões de gênero, raça e diversidade sexual.
- MÓDULO IV (Julho) – Memória e direitos humanos na história política brasileira e capixaba: O sistema repressivo e socioeducativo. Racismo estrutural histórico. A organização da sociedade capixaba e brasileira e os DH.
- MÓDULO V (Agosto) – Por uma teoria geral do que sejam direitos humanos. Produção de conteúdos humanísticos: Academia, políticas públicas e movimentos sociais na produção de conhecimento e material em DH.

As aulas têm em torno de 2 horas mas, como dito anteriormente, são em alguns momentos compartilhadas com outras/os militantes o que pode dar um pouco mais de conteúdo.

Além das aulas, algumas atividades presenciais estão sendo motivadas. No mês de maio ocorreu uma sessão de cinema com debate, que aconteceu no dia 18 de maio no Cinejardins. Foi exibido o filme Zona de Interesse, ganhador do Oscar de melhor filme estrangeiro. Após a exibição fizemos uma reflexão envolvendo produção de conteúdo, cultura, as diferentes opressões vividas em diversas culturas, o holocausto, a banalização da cultura da violência, as escolhas cotidianas. Foi um momento muito importante, estando prevista uma nova sessão de cinema com debate para julho.

Também no mês de maio e devido ao tema do módulo 2 que é Direitos Humanos, mídia, redes e comunicação, a professora formadora propôs uma visita ao Calango Notícias, uma agência de comunicação comunitária que fica no território do Bem, em Vitória-ES.

O curso está em pleno desenvolvimento e envolvimento das/os participantes e tem gerado resultados importantes tanto referente ao perfil que o curso tem atingido, como será mostrado adiante, como de retorno ao impacto que as atividades de formação popular, de interação, de troca e criação de laços têm gerado.

Além das aulas, tanto as/os cursistas quanto a população em geral podem ter acesso ao conteúdo para redes e o podcast, que pretendem atingir qualquer pessoa que tenha acesso a essas plataformas, com foco na população do Espírito Santo, mas com possibilidade de alcance mais amplo. O objetivo é difundir conhecimentos sobre direitos humanos, as lutas pelo

reconhecimento da diversidade humana e superação das opressões, estimulando o debate sobre o tema e motivando a participação social.

Serão realizadas 12 publicações mensais nas redes sociais Instagram, Facebook e YouTube do CADH, entre maio e setembro de 2024, abordando diferentes temas relacionados a direitos humanos e estimulando debates e a participação do público. Referente ao podcast, serão produzidos 6 episódios de podcast, com frequência mensal, abordando pedagogicamente temas específicos de direitos humanos e contando com a participação de militantes, especialistas e o último episódio será com as/os cursistas. Serão feitos cortes estratégicos nos episódios para divulgação de informações mais curtas, com momentos mais importantes, com o objetivo de atingir mais pessoas com o conteúdo trabalhado.

Os episódios foram pensados da seguinte forma:

Primeiro episódio - Aspectos históricos, filosóficos e jurídicos dos DH: A entrevista tratará dos aspectos contextuais históricos da origem dos DH até sua materialização na declaração universal dos DH, elucidando os aspectos filosóficos e jurídicos que culminaram naquela formatação até sua história contemporânea e a situação atual.

Segundo episódio - A sociedade civil organizada e os DH no Brasil e no ES: A entrevista abordará a sociedade civil organizada em seu contexto histórico de atuação e sua contribuição para os DH no Brasil e no Espírito Santo.

Terceiro episódio - As violações de DH no Brasil e no Espírito Santo: A entrevista abordará os principais contextos atuais de violação de DH no país e no estado, considerando a participação estatal e do poder econômico na sua justificação social e perpetração contemporânea.

Quarto episódio - Legislação e DH: A entrevista abordará a Constituição Federal de 1988, suas alterações e o avanço da legislação brasileira e estadual em relação aos DH.

Quinto episódio - Mecanismos contemporâneos de participação social em DH: A entrevista abordará a situação atual da participação social na efetivação de políticas públicas e defesa dos DH, discutindo contextos práticos para engajamento da população e construção de uma sociedade socialmente justa.

Sexto episódio - A formação em Direitos Humanos e sua importância para a vida, pensando a reprodução social: Este episódio foi pensado especialmente para contemplar uma conversa entre as/os participantes do curso Direitos Humanos em Movimento referente a educação popular e a importância dela para efetivação de direitos e para construção de relações

de afeto e respeito, que tenham também como princípio o fortalecimento do sentido de comunidade e coletividade, fortalecendo as lutas sociais.

Perfil das/os participantes

Por meio do preenchimento do formulário de inscrição pelos participantes do curso Direitos Humanos em Movimento e garantindo a possibilidade de divulgação de informações gerais por meio da assinatura do termo de Consentimento Livre e esclarecido, foi desenvolvido um perfil das/os participantes do curso. A pesquisa sobre o perfil dos inscritos no curso Direitos Humanos em Movimento nos revela informações interessantes sobre a diversidade de participantes. O curso atraiu pessoas de diferentes faixas etárias, gêneros, orientações sexuais, locais de moradia e situações socioeconômicas. Essa variedade demonstra o interesse da comunidade pela temática dos direitos humanos.

A faixa etária dos participantes do curso Direitos Humanos em Movimento é bastante diversa. Temos pessoas de diferentes idades, o que enriquece ainda mais a troca de experiências e perspectivas. Esse engajamento demonstra a importância e a relevância desse tema em nossa sociedade e também a possibilidade de articulação intergeracional. Essa diversidade pode ser identificada a seguir:



Fonte: Curso Direitos Humanos em Movimento, 2024, CADH.

Quando se trata do Gênero informado no formulário, tivemos uma maior participação de pessoas autodeclaradas mulheres cisgênero, num total de 77 participantes. Também temos a participação em menor quantidade de homens cisgêneros, de transexuais e não binários, e uma pessoa que preferiu não informar.

No que se refere à orientação sexual temos participantes com diferentes declarações. Do total de participantes, 69 (sessenta e nove) se declararam heterossexuais e 16 (dezesseis) bissexuais, mas também houve declaração de gays, lésbicas, outras orientações sexuais e pessoas que preferiram não informar.

Em relação à escolaridade, o gráfico demonstra que a maioria dos participantes (47) do curso de Direitos Humanos possui o ensino médio completo, um dado que merece destaque e pode ser considerado bastante interessante. A conclusão do ensino médio é um pré-requisito para o ingresso em cursos superiores e profissionais mais especializados. Ter a maioria dos participantes com esse nível de educação indica que o curso de Direitos Humanos está acessível a um público amplo e inclusivo, incentivando a formação contínua e a profissionalização de indivíduos comprometidos com a defesa dos direitos humanos. Ter no curso diversos sujeitos com diversas formações é interessante pela diversidade de experiências e conhecimentos trazidos por esses estudantes, o que enriquece o ambiente de aprendizado do curso. Eles contribuem com perspectivas variadas e podem aplicar seus conhecimentos prévios de forma a gerar discussões mais ricas e soluções mais criativas para as questões abordadas.



Fonte: Curso Direitos Humanos em Movimento, 2024, CADH.

Quando foi perguntado Qual sua principal motivação para fazer o curso? A maioria dos participantes (71%) afirmou que a temática de Direitos Humanos foi a principal motivação para escolha de fazer o curso "Direitos Humanos em Movimento". Isso demonstra o interesse em aprender e discutir questões ligadas aos direitos humanos, em um momento em que as violações e injustiças estão em evidência na sociedade. Outros 19% dos participantes se inscreveram no curso com a intenção de mudar a realidade de sua comunidade. Essa motivação mostra o comprometimento dos participantes em buscar soluções para os problemas locais e também a

vontade individual de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, conforme pode ser visto no gráfico a seguir:



Fonte: Curso Direitos Humanos em Movimento, 2024, CADH.

Vale destaque que apenas 5% dos participantes afirmaram que a principal motivação para fazer o curso foi receber a bolsa auxílio. É importante destacar que a bolsa foi um incentivo para muitos participantes, mas não a única razão para se inscreverem no curso. Por fim, apenas 2% dos participantes se inscreveram no curso com a intenção de conhecer pessoas novas. Embora essa não tenha sido uma motivação significativa para a maioria dos participantes, ainda assim é uma oportunidade importante de socialização e construção de redes.

De forma geral, o curso "Direitos Humanos em Movimento" tem reunido com sucesso pessoas de diversas origens que foram motivadas por um interesse compartilhado em direitos humanos. A natureza inclusiva e acessível do curso, assim como o seu formato híbrido, tem permitido a participação assim como discussões significativas e a troca de ideias.

Considerações Finais

O projeto Direitos Humanos em Movimento tem como objetivo promover a cultura de direitos humanos na sociedade capixaba, contribuindo para a eliminação de opressões e preconceitos, o combate às fake news e ao aprimoramento e difusão do pensamento crítico com capilaridade para chegar ao cotidiano das relações sociais.

Por meio do curso de formação, estamos diretamente envolvendo os 97 cursistas e impactado em suas redes de convivência e relação a partir da multiplicação, com conhecimentos mais ampliados sobre direitos humanos, e sua efetivação no cotidiano das comunidades.

Nas redes sociais, pretende-se atingir mais de 1000 pessoas com conhecimentos mais ampliados sobre direitos humanos, capazes de replicar e compartilhar esses conhecimentos.

Esperamos que essas ações contribuam para fomentar uma sociedade mais justa e igualitária para todos. A análise completa dos dados e do resultado da execução de tal projeto será realizada mais adiante, após a finalização do mesmo.

Aferimos que tal iniciativa tem promovido o debate sobre direitos humanos de forma qualificada, desconstruindo a ideia moral, conservadora e sobretudo opressora para com aqueles que sofrem violação de direitos humanos cotidianamente, e, inserido o debate em uma perspectiva de diálogo com a realidade dos sujeitos sociais, da importância de uma construção coletiva sobre direitos humanos, não somente na disputa de narrativas, mas em especial, na elaboração e execução de políticas sociais que promovam o acesso aos direitos sociais, respeitando a dignidade humana e a promovendo.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Link de Acesso: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm – Acessado em 30/05/2024.

_____. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, 2018. Link de acesso: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRMAOPNEDH.pdf> – Acessado em 30/05/2024.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. Convenção Europeia dos Direitos do Homem: com as modificações introduzidas pelos Protocolos ns. 11 e 14 acompanhada do Protocolo adicional e dos Protocolos ns. 4, 6, 7, 12 e 13. Estrasburgo, out. 2013. Disponível em: http://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf. Acesso em: 26 out. 2017.

FRAZÃO, Fernando. In: Agência Brasil. Os dados que mostram explosão no número de ataques a escolas no Brasil <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ckryl4epnpeo> - Acessado em 12/04/2023.

GEMAA-Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa. O que são Ações Afirmativas? Link de Acesso: <https://gemaa.iesp.uerj.br/o-que-sao-acoes-afirmativas/#:~:text=A%C3%A7%C3%B5es%20afirmativas%20s%C3%A3o%20pol%C3%ADticas%20focais,no%20passado%20ou%20no%20presente.> – Acessado em 19/11/2023.

GUEDES, Aline. In: Agência Senado de Notícias. Link de acesso: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos> -Acessado em 12/04/2023.

IFNMG. Assistência Estudantil. Publi em: 23 de julho de 2012. Link de acesso: <https://portal.ifnmg.edu.br/assistencia-estudantil> - Acessado em 19/11/2023.

ONU-Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Link de acesso: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> – Acessado em 30/05/2024.

PORFÍRIO, Francisco. Intolerância religiosa. In: Brasil escola. Link de acesso: <https://brasilestola.uol.com.br/sociologia/intolerancia-religiosa.htm> – Acessado em 12/04/2023.

PRINCÍPIOS de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Tradução Jones de Freitas. jul. 2007. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 26 out. 2017.

Terra e direitos e justiça global. Violência Política e eleitoral no Brasil: Panorama das violações de direitos humanos de 2020 a 2022. Link de Acesso: <https://terradedireitos.org.br/violencia-politica-e-eleitoral-no-brasil/> - Acessado em 12/04/2023.

UFES. O que é ajuda de custo. Link de acesso: <https://ccs.ufes.br/ajuda-de-custo> - Acessado em 19/11/2023.

UTFPR. Publicado edital do Auxílio Estudantil 2023-2024. Publi em: 24 de fevereiro de 2022. Link de acesso: <https://portal.utfpr.edu.br/noticias/geral/tamo-junto/publicado-edital-do-auxilio-estudantil-2023-2024> - Acessado em 19/11/2023.

VIEIRA, Oscar Vilhena Vieira; DUPREE, A. Scott. Reflexões Acerca da Sociedade Civil e dos Direitos Humanos. In: Sur, Rev. int. direitos human. 1, 2004. Link de acesso: <https://www.scielo.br/j/sur/a/NXjt7Yd5KhY7GVXV6kW5xxL/?lang=pt#:~:text=Em%20suma%2C%20a%20sociedade%20civil,os%20grupos%20desprezados%20e%20invis%C3%ADveis>. Acessado em 30/05/2024.